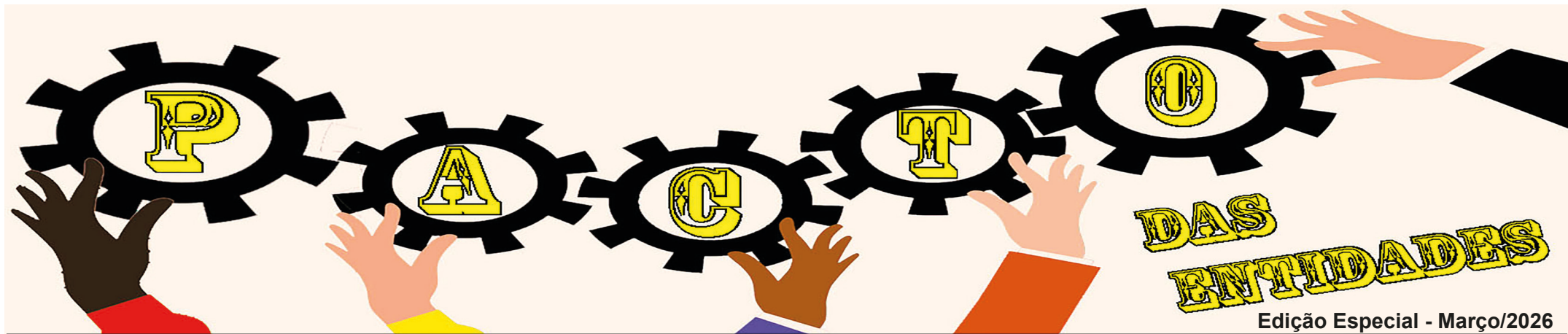




AOS PARTICIPANTES E ASSISTIDOS DA VIVEST

A MANOBRA QUE QUEREM ESCONDER DE VOCÊ

Entenda os fatos por trás das decisões sobre o orçamento da Vivest e seus impactos nos participantes

Companheiros e companheiras,

Nos últimos dias, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo (STIESP) publicou um boletim tentando rotular de “irresponsáveis” os conselheiros eleitos que não aceitaram aprovar um orçamento com indícios de irregularidades.

Enquanto o sindicato tenta criar pânico entre aposentados e pensionistas para desinformar, os documentos, os regulamentos e os órgãos fiscalizadores mostram uma história completamente diferente: a história de uma manobra orquestrada para beneficiar patrocinadores e esconder a verdade.

O Pacto das Entidades passa a expor, ponto a ponto, o que está acontecendo.

1. A REGRA ORIGINAL FOI ALTERADA SEM AVISO PRÉVIO

Para entender a gravidade do que está acontecendo, é preciso voltar no tempo. Na época da privatização, a regra era clara e valia para todos os planos da fundação: a despesa administrativa era custeada integralmente pela patrocinadora (a empresa). Esse era o pacto original e justo.

O que aconteceu depois, sem qualquer comunicação clara aos participantes, foi uma alteração silenciosa e ao longo do tempo, na qual TODOS os planos foram modificados após 2003, de forma paulatina. Em alguns planos, a regra foi mantida no regulamento, como o PSAP/ISA Energia Brasil (antiga ISA CTEEP) e o PSAP/Elektro; porém, essa obrigação da empresa está, na prática, sendo desrespeitada, transferindo para o bolso dos participantes valores descontados diretamente da rentabilidade dos investimentos, ou seja, retirados do patrimônio do plano dos participantes e assistidos. Fazem isso como “prática de mercado”, em desacordo com o regulamento dos planos.

O resultado dessa mudança oculta:

- Onde a regra original foi respeitada (PAP Fundação), os recursos estão preservados e o plano costuma distribuir superávit.

- Onde a regra foi desrespeitada (PSAP/ISA Energia Brasil e PSAP/Elektro), o patrimônio dos participantes é sangrado ano após ano para pagar contas que eram da empresa.

- Nos demais planos, a Vivest passou a aplicar a regra bem antes das mudanças nos regulamentos; portanto, esses planos ficaram irregulares por muitos anos.

Isso não é teoria da conspiração. Essa prática irregular já foi apontada pelo Conselho Fiscal,



por auditorias internas e, como será visto a seguir, pelo próprio órgão regulador, a PREVIC.

Pergunta que não quer calar:

Se o participante está em um plano em que a regra original foi preservada (como o PAP Fundação), seus recursos estão protegidos. Agora, se está em um plano em que a regra foi alterada às escondidas (PSAP/ISA Energia Brasil e PSAP/Elektro), não gostaria de saber POR QUE isso aconteceu e QUEM autorizou essa mudança sem consulta?

Mais estranho ainda: os planos em que a regra é cumprida costumam distribuir superávit. Os outros dois, não. Coincidência?

2. A PRIMEIRA MANOBRA: TENTAR APROVAR NA ASSEMBLEIA O QUE NÃO PASSAVA NO CONSELHO

Diante da recusa do Conselho Deliberativo (CD) em aprovar um orçamento que continha essa irregularidade histórica, a Diretoria Executiva da Vivest tentou uma manobra sem amparo na governança.

Em vez de corrigir o erro, a Diretoria levou o orçamento para votação na Assembleia Geral (AGE), mesmo sabendo que:

- O estatuto da Vivest não dá essa competência à AGE.

- A PREVIC já havia orientado que o orçamento é peça de aprovação exclusiva do Conselho Deliberativo.

O que aconteceu?

A manobra funcionou em um primeiro momento. Na Assembleia Geral, o poder de voto é proporcional ao patrimônio. Como as patrocinadoras detêm a maior parte dos

recursos, possuem a maioria absoluta dos votos. Foi assim que a Diretoria, usando o peso do voto patronal, conseguiu aprovar um orçamento que o Conselho (responsável técnico) havia rejeitado.

E ainda houve a tentativa de usar essa aprovação para desqualificar a denúncia dos conselheiros eleitos, afirmando que “a assembleia aprovou, está tudo certo”.

3. A PREVIC DERRUBA A MANOBRA: “QUEM APROVA É O CONSELHO”

A tentativa de burlar as regras não passou despercebida.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), órgão que fiscaliza a Vivest, foi consultada e emitiu uma determinação clara e definitiva:

“O orçamento é peça de aprovação do Conselho Deliberativo, nos termos do estatuto. A aprovação pela Assembleia Geral não substitui a competência do Conselho.”

Em outras palavras:

- A aprovação na AGE foi nula para esse fim.
- A Diretoria agiu em desacordo com as regras ao levar o tema para a assembleia.
- O orçamento, para ser válido, precisa ser aprovado pelo Conselho Deliberativo.

A pergunta que fica:

Se a Diretoria sabia que o rito estava errado (e sabia, pois o estatuto é claro), por que insistiu em levar para a AGE?

A resposta é simples: porque, no Conselho, os representantes dos participantes barram a irregularidade. Na assembleia, com o voto patronal, a manobra passa.



A MANOBRA CONTINUA...

4. A MANOBRA PARA IMPEDIR A CORREÇÃO NO CONSELHO (ONDE A COISA ACONTECE DE VERDADE)

Agora, mesmo com a determinação da PREVIC de que o orçamento deve ser votado no Conselho Deliberativo, a Diretoria e seus aliados continuam tentando aprovar a mesma peça incorreta.

Os conselheiros eleitos da chapa Pacto das Entidades (que são, vale lembrar, os responsáveis legais por aprovar o orçamento) fizeram o que qualquer representante de trabalhadores deveria fazer:

- ❑ Pediram a retirada de pauta do orçamento, para que o erro histórico fosse corrigido antes de qualquer votação.

- ❑ Propuseram a aprovação parcial do orçamento até maio de 2026, para aguardar o posicionamento final da PREVIC sobre a denúncia apresentada.

Qual foi o resultado?

- ❑ Ambas as propostas foram rejeitadas.
- ❑ E mais: os conselheiros indicados pelas entidades patronais e os que têm que têm ligação com a diretoria do STIESP votaram CONTRA o adiamento e CONTRA a retirada de pauta.

Por que conselheiros, que deveriam representar os interesses dos trabalhadores, votam para manter uma prática que a PREVIC já apontou como irregular e que prejudica justamente os participantes de dois planos?

5. A LIGAÇÃO QUE NÃO APARECE NO BOLETIM

Curiosamente, o sindicato que agora ataca os conselheiros eleitos nos boletins:

- ❑ Foi o mesmo que, em outro momento, denunciou o caso à PREVIC, reconhecendo que havia algo errado, mas a intenção era atingir politicamente os conselheiros do Pacto.

- ❑ Tem em seus quadros ou relação próxima com os conselheiros que votaram com os patrocinadores para manter o erro.

Enquanto isso, a Diretoria da Vivest e a presidência do Conselho:

- ❑ Não determinaram a correção do erro, mesmo sabendo que dois planos estão em desconformidade com a regra original e com a orientação da PREVIC.

- ❑ Reapresentaram a MESMA peça orçamentária reprovada, sem nenhuma alteração.

- ❑ Não responderam com antecedência às perguntas dos conselheiros, inviabilizando o

voto informado.

6. O MAIS ABSURDO: AUDITORIA EXTERNA PEDIDA E NEGADA

O Conselho Fiscal não aprovou as contas de 2025 e apontou a necessidade de investigar a fundo esse modelo de custeio que beneficia os patrocinadores e prejudica os participantes.

Para isso, solicitou a contratação de uma auditoria externa independente.

- ❑ Já existe orçamento destinado para isso.
- ❑ Não custaria um centavo a mais para a fundação.
- ❑ Seria a chance de, de uma vez por todas, apurar por que a regra original foi alterada sem aviso, por que não é cumprida e quem são os responsáveis por esse desvio.

E a resposta da Diretoria? Ela simplesmente não submeteu o pedido à votação no Conselho Deliberativo, engavetando a investigação.

Por que tanto medo de uma auditoria?

O que se pretende esconder? Se a conta está correta e a regra original foi alterada legitimamente, por que não apresentar os documentos que comprovam a comunicação aos participantes? Por que não permitir que uma auditoria externa e isenta confirme?

7. AS PERGUNTAS QUE FICAM

Diante disso, o participante tem o direito de saber e de cobrar respostas:

1. Quem autorizou a alteração da regra de custeio nos demais planos, transferindo a despesa da empresa para os participantes? Em qual assembleia isso foi aprovado?

2. Por que os participantes desses planos nunca foram formalmente informados sobre essa mudança que pode impactar diretamente seu bolso?

3. Por que a Diretoria levou o orçamento para a Assembleia, se o estatuto e a PREVIC dizem

que a competência é do Conselho Deliberativo?

4. Por que a presidência do Conselho não determina a correção do erro nos planos prejudicados, conforme manda o regulamento original e recomenda a PREVIC?

5. Por que a Diretoria reapresenta a MESMA peça orçamentária incorreta, em vez de elaborar uma peça correta que respeite a regra de todos os planos?

6. Por que os conselheiros ligados às patrocinadoras e à diretoria do STIESP votaram contra o adiamento e contra a retirada de pauta, ajudando a aprovar um orçamento que a PREVIC já havia apontado como irregular?

7. Por que a auditoria externa, já orçada e prevista, está sendo barrada pela Diretoria?

NOSSO COMPROMISSO

Nós, participantes que apoiam a transparência e a defesa de seus direitos estamos com os conselheiros do Pacto das Entidades.

Os conselheiros não buscam vantagens. Não admitem perdas para participantes e assistidos.

Atuam para que a regra original seja cumprida em todos os planos, não apenas em alguns.

Atuam para que os dois planos prejudicados (ISA Brasil e Elektro) sejam tratados com justiça e tenham seus recursos devolvidos.

Atuam para que a auditoria externa aconteça e a verdade venha à tona, expondo quem ganhou com essa alteração oculta e quem tenta esconder o erro até hoje.

Quem vota contra a correção, contra a transparência e contra a orientação da PREVIC está ao lado de quem? Dos participantes ou dos patrocinadores que se beneficiam do erro?

Agora se sabe:

- ❑ Quem alterou as regras pelas sombras.
- ❑ Quem não cumpre as regras.
- ❑ Por que não querem cumprir as regras.

- ❑ E quem são os aliados dessa manobra dentro do Conselho.

A manobra foi denunciada. A PREVIC já afirmou que o caminho está errado. Agora, cabe apoiar os conselheiros do Pacto das Entidades para que o Conselho Deliberativo exerça seu papel e corrija esse erro de uma vez por todas.

Os conselheiros do Pacto das Entidades não deixarão de defender os direitos e garantias dos integrantes dos planos de previdência. É necessário manter atenção. A verdade precisa ser dita. E, nas próximas eleições, será lembrada.



**JUNTOS SOMOS
FORTES**